

MARCOS NAPOLITANO

1964

HISTÓRIA DO  
REGIME MILITAR  
BRASILEIRO



editora**contexto**

*Copyright* © 2014 do Autor

Todos os direitos desta edição reservados à  
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

*Montagem de capa e diagramação*

Gustavo S. Vilas Boas

*Preparação de textos*

Daniela Marini Iwamoto

*Revisão*

Fernanda Guerriero Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Napolitano, Marcos

1964 : História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. – São Paulo : Contexto, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-7244-827-7

1. Brasil – História – 1964-1985 I. Título.

13-12843

CDD-981.08

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Regime militar : 1964-1985 : História 981.08



## O mito da “ditabranda”

Em 2009, a *Folha de S.Paulo* referiu-se aos quatro primeiros anos do regime militar como uma “ditabranda”, ou seja, uma ditadura não muito convicta da sua dureza.<sup>87</sup> A opinião desse grande jornal paulistano, cioso da sua memória de resistência ao regime militar, provocou extrema polêmica sobre a natureza do regime autoritário instaurado pelo golpe de 1964.

Afinal, é possível caracterizar o regime militar antes do AI-5 e da montagem do terror de Estado como uma ditadura? Há certa tendência, sobretudo da memória liberal do regime, defendida por parte da historiografia, em afirmar que não.<sup>88</sup> No máximo, uma ditadura “envergonhada”, exercida a contragosto por um presidente-general que, segundo seus biógrafos,<sup>89</sup> queria apenas “sanear” o ambiente político brasileiro e entregar o poder a um civil, eleito o quanto antes. Os defensores dessa tese afirmam que nos primeiros quatro anos do regime ainda existia o recurso ao *habeas corpus*, mobilizado pela defesa de muitos presos durante o golpe, bem como certa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Um dos exemplos de paradoxo do regime militar pré-AI-5 é o fato de que as artes de esquerda experimentaram seu auge justamente entre 1964 e 1968. Nessa linha de raciocínio, o regime fechou-se porque sucumbiu às pressões da “extrema-direita” (linha dura) militar e à conjuntura política marcada pelo questionamento crescente do governo militar, mesmo entre seus aliados de primeira hora.

Entrar neste debate pode nos conduzir a várias armadilhas da história e, sobretudo, da memória. É inegável que a fase pré-AI-5 ainda não era marcada pela censura prévia rigorosa e pelo terror de Estado sistemático contra opositores, armados ou não. Mas isso significa diminuir o caráter autoritário do regime de 1964? Para resolver esta equação sem recair na memória construída tanto pelos liberais civis quanto pelos generais alinhados ao chamado “castelismo”, que gostam de afirmar o caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968, é preciso refletir sobre os objetivos fundamentais do golpe de Estado e do regime que se seguiu imediatamente a ele.

O autoritarismo implantado em 1964, apoiado pela coalização civil-militar que reunia liberais e autoritários, tinha dois objetivos políticos básicos.

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, enquanto os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora constantemente achacados pelo furor investigativo dos IPM, comandados por coronéis da linha dura.<sup>90</sup>

O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. Para os operários já havia a CLT, talvez a única herança política de tradição getulista que não foi questionada pelos novos donos do poder. A partir dela, diretorias eleitas

eram destituídas e sindicatos eram postos sob intervenção federal do Ministério do Trabalho. Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais.<sup>91</sup>

O regime evitava desencadear uma repressão generalizada, à base de violência policial direta e paralegal, como aquela exigida pela extrema-direita militar,<sup>92</sup> sobretudo contra artistas, intelectuais e jornalistas. Os ideólogos e dignatários mais consequentes do governo militar sabiam que não seria possível governar um país complexo e multifacetado sem se apoiar em um sistema político com amplo respaldo civil, e com alguma aceitação na sociedade, principalmente junto à classe média que tinha sido a massa de manobra que legitimara o golpe “em nome da democracia”. Mas também não podia permitir dissensos e críticas diretas à “Revolução de 64”, sob pena de perder o apoio dos quartéis. Até que uma nova ameaça pudesse servir de justificativa ao endurecimento da repressão, o governo militar tinha que equilibrar o frágil consenso golpista e a unidade militar, além de acalmar os cidadãos que não aderiram ao golpe, permitindo-lhes certa liberdade de expressão. O fato é que esta política de equilíbrio, mantida nos primeiros anos do regime, não ameaçava os objetivos fundamentais da revolução: acabar com a elite reformista de esquerda e centro-esquerda, dissolver os movimentos sociais organizados e reorganizar a política de Estado na direção de uma nova etapa de acumulação de capital.

A relativa liberdade de expressão que existiu entre 1964 e 1968 explica-se menos pelo caráter “envergonhado” da ditadura<sup>93</sup> e mais pela base social do golpe de Estado e pela natureza do próprio regime por ele implantado. Tendo forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores), os quatro primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista. Em outras palavras, a ordem autoritária dos primeiros anos do regime militar

brasileiro estava mais interessada na blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e na despolitização dos setores populares (operários e camponeses) do que em impedir completamente a manifestação da opinião pública ou silenciar as manifestações culturais da esquerda. Obviamente, não faltaram momentos de conflito entre o regime e os setores de oposição antes do AI-5, que muitas vezes redundaram em prisões, inquéritos policial-militares e atos censórios a obras artísticas. Mas nada próximo da violência sistemática e do fechamento da esfera pública que ocorreria a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968, inaugurando os “anos de chumbo” que duraram, na melhor das hipóteses, até o começo de 1976. Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira.

Líder da principal corrente da conspiração, sobretudo pelas suas conexões com o mundo civil, pela biografia respeitável como militar e pelas relações com a diplomacia norte-americana, o general Castelo Branco passou à história como uma espécie de ditador bem-intencionado. Construiu-se a imagem de um homem que acreditava nos objetivos saneadores e no caráter temporário da intervenção militar de 1964, mas que sucumbiu à linha dura, a começar pela imposição de um sucesso à sua revelia, o marechal Costa e Silva. Este, apoiado justamente na extrema-direita militar, a “linha dura”, tinha conseguido emergir como grande líder militar nas crises de 1965 e 1966 que agitaram os quartéis.<sup>94</sup>

Alguns dados sobre os 85 nomes titulares dos ministérios durante todo o regime militar revelam características interessantes: 23 eram professores universitários, com atuação nas universidades católicas e na Universidade de São Paulo, principalmente. Direito, Engenharia, Medicina e Economia foram as áreas de formação que mais forneceram quadros (30, 26, 7 e 6, respectivamente). Outro dado que mostra certa regularidade na escolha do primeiro escalão: 17 militares ou ex-militares ocuparam ministérios de perfil civil; entre os quadros que tinham

ou tiveram alguma passagem pelo setor privado, 8 vinham do setor financeiro, 7 do setor automotivo, 5 da construção civil e 4 do setor de saúde. Entre os que tiveram passagem pela política partidária pré-golpe, 10 nomes vieram do UDN, 9 do PSD e 3 do PDC. A composição do novo governo, portanto, revelava as forças da coalizão golpista e já sinalizava a tendência dos ministérios do regime militar como um todo: a combinação de tecnocratas para gerir a economia, militares nas áreas estratégicas (transportes, energia e comunicação) e magistrados para os ministérios “ideológicos” (justiça e educação).

Embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira. A Comissão Geral de Inquérito esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs que alimentavam mais o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziam resultados efetivos. Na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais,<sup>95</sup> o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo Castelo.<sup>96</sup> Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos durante o governo Castelo, concentrando cerca de 90% das 1.230 sanções feitas a militares ao longo do regime.

Na política externa, o governo Castelo Branco foi o mais alinhado aos interesses norte-americanos durante todo o regime militar não apenas em retribuição ao apoio dado pelo Tio Sam no golpe e pela aposta na liderança castelista, mas também como consequência natural da visão geopolítica que alimentava os golpistas militares e civis. Não faltavam lideranças militares com retórica nacionalista, ainda que ninguém fosse louco para romper com os Estados Unidos, sobretudo naquele contexto de Guerra Fria. Mas o governo Castelo

estava muito distante de um nacionalismo econômico ou ideológico, ainda que meramente retórico. Sua política era de alinhamento automático, pois a recuperação do capitalismo brasileiro, na visão dos tecnocratas da economia, passava pelo dinheiro e pelo apoio de Washington. Roberto Campos e Otávio Bulhões, velhos paladinos do liberalismo econômico e da abertura sem freios da economia brasileira ao “capital internacional”, eram a cara da política externa e econômica do governo. Além disso, sinalizando uma guinada na política externa independente esboçada durante os últimos governos civis antes do golpe, o Brasil aderiu à política do *big stick* ao apoiar, enviando mais de mil soldados, a operação americana em São Domingos para intervir na guerra entre conservadores e reformistas naquele país, ajudando a implantar uma ditadura pró-Estados Unidos. O regime sinalizava que, doravante, o Brasil seria um dos baluartes da contrarrevolução em terras americanas.

O casamento do governo norte-americano com o regime militar duraria até meados da década de 1970, mas já estava em crise desde o final da década anterior.<sup>97</sup> Se ambos os países eram sócios no combate ao comunismo em terras americanas, como ficaria claro nas implantações das ditaduras do Cone Sul nos anos 1970, certo nacionalismo econômico que impedia a completa abertura de mercado e a sedução dos militares brasileiros pela aquisição de armas nucleares eram pontos de tensão.<sup>98</sup> As críticas às violações dos direitos humanos, incorporadas pela agenda do Departamento de Estado a partir de 1976 sob o governo Jimmy Carter, foram o auge da instabilidade nas relações entre os dois países. Paradoxalmente, os banqueiros e empresários norte-americanos, apesar da política protecionista em alguns setores, não estavam descontentes com o regime. O Brasil dos militares lhes dava muito lucro.

Na política interna, o governo Castelo foi marcado por dois campos de ação: a ação para reorientar a economia brasileira e a institucionalização do regime autoritário. Havia consenso entre as lideranças militares de visão estratégica e seus

tecnocratas de plantão que era urgente uma modernização do Estado e da economia, em moldes capitalistas, visando facilitar a vida dos investidores e grandes corporações nacionais e multinacionais. O problema era como fazer isso sem resolver entraves estruturais e mexer com interesses arcaizantes, a começar pela questão da terra. Os principais ideólogos e gestores do regime, como Golbery do Couto e Silva e Roberto Campos, acreditavam que a modernização da economia por si faria com que estas estruturas arcaicas se adaptassem, sem a necessidade de uma ação radical do governo federal. Caberia a este organizar uma nova legislação e um novo aparato burocrático para gerir a economia e fazê-la crescer. Paralelamente a isso, a política econômica do governo Castelo Branco tinha que controlar a inflação e recuperar a capacidade de investimento da União. Para tal, aplicou-se uma fórmula recessiva: controlar os gastos públicos e os salários. O governo reorganizou o sistema fiscal, procurando disciplinar a complexa malha de interesses locais e regionais que sempre tinham impedido a integração dos impostos.

Para atuar no nível macroeconômico, foi lançado o Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), ainda em 1964. O que não foi conseguido pela negociação durante o governo Jango foi imposto pelo novo regime, sem as perspectivas distributivistas futuras. O bolo da economia cresceria, mas não seria dividido, agravando o fosso entre ricos e pobres, apesar do crescimento da classe média.

Uma nova política de reajustes salariais foi imposta, baseada em um complicado cálculo que mesclava a média da inflação passada e a expectativa de inflação futura. O resultado, obviamente, era sempre negativo aos trabalhadores, mas, com a repressão e com seus sindicatos amordaçados pela CLT, pouco podiam fazer para mudar o quadro. Além disso, com o fim da estabilidade no emprego e a criação do FGTS, o mercado de trabalho se tornava mais flexível, permitindo às empresas demitirem seus funcionários a custo baixo, em caso de queda nos lucros

ou recessão. Com essas medidas, o governo preparava uma nova fase de exploração do trabalho, sinalizando aos empresários nacionais e estrangeiros que as “pressões distributivistas” que tinham marcado a “República de 46” eram coisa do passado.

Um grande problema para a modernização da economia brasileira era a estrutura agrária, arcaica, especulativa e concentrada nas mãos de poucos. A terra, entendida como fonte de renda imobiliária ou *status* político local pelas oligarquias que tinham saudado o golpe, era um entrave ao desenvolvimento capitalista. Mas como no Brasil “reforma agrária” era uma palavra maldita e vista como a antessala do comunismo, o novo governo tinha que resolver “tecnicamente” esta questão, sem ferir a sensibilidade do grupo mais reacionário que apoiara o levante contra Goulart. Todos sabiam que o problema agrário era urgente, mesmo políticos conservadores de visão mais estratégica. Independentemente de qualquer compaixão pela miséria histórica do camponês brasileiro, resolver o problema do latifúndio improdutivo era fundamental para produzir mais alimentos, gerenciar o ritmo do êxodo rural e inserir a terra no sistema capitalista moderno. Sabia-se que um dos motivos da inflação brasileira, após os anos 1940, era a crônica falta de alimentos para uma população urbana crescente. Acostumados à monocultura exportadora, já em crise, os latifundiários recusavam qualquer forma de divisão da terra, mesmo as mais moderadas. No máximo, aceitavam vender suas terras ao governo, para fins de assentamento, em um negócio que soava lucrativo, com preços inflados e pago com dinheiro vivo.

Para tentar inserir a terra no projeto geral de modernização capitalista, o governo Castelo propôs o polêmico “Estatuto da Terra” no final de 1964, baseado em três eixos: imposto progressivo (conforme o tamanho da propriedade), desapropriação com indenização e ocupação de terras ociosas. Os setores conservadores reagiram capitaneados pela UDN, por entidades ruralistas e pela imprensa mais ligada aos setores agrários tradicionais como o jornal *O Estado de*

*São Paulo*,<sup>99</sup> pois, afinal de contas, na sua visão, os interesses agrários eram “imexíveis”, mesmo que fossem, ao fim e ao cabo, para desenvolver o capitalismo. Ao final, mesmo descaracterizado em relação ao texto original e pouco aplicado, na prática, o “Estatuto” era um sintoma de que os autoritários reformadores do capitalismo tinham lá suas diferenças com as oligarquias liberais e agraristas.

Nos anos 1970, a própria dinâmica econômica inseriu o latifúndio no sistema capitalista, sem reforma agrária e sem traumas para os grandes proprietários. Para os médios e pequenos proprietários, o sistema não era tão benevolente, sempre dependendo de preços mínimos garantidos pelo governo e de empréstimos bancários. Para os trabalhadores do campo, a mecanização (em grande parte determinada pela entrada massiva da soja) e a perspectiva de emprego nas indústrias e serviços da cidade fizeram com que milhões de pessoas deixassem o campo e fossem viver nas metrópoles, onde mesmo morando em favelas tinham algum acesso a serviço e bens que lhes eram vedados no campo. Outra opção, estimulada pela ditadura para atenuar as tensões e demandas no campo, era estimular a migração para regiões de fronteira agrícola, como a Amazônia, onde o braço humano, o chamado “capital-trabalho”, derrubava as árvores e preparava o caminho para a “integração” e o “progresso”. Quando ele vinha, com mineradoras e pecuaristas, quase sempre os primeiros migrantes eram expulsos da terra, tragados pelo sistema de grilagem. A modernização capitalista no Brasil, ao invés de acabar com os velhos problemas sociais no campo, acabou por agravá-los.

No campo jurídico e institucional, o presidente Castelo Branco estruturou o novo regime de caráter autoritário, independentemente das suas intenções “democratizantes”. Com a economia em crise, parte da classe média logo se desiludiu com o novo governo. Acuado pela classe média e suas lideranças políticas, muitas delas formadas por políticos conservadores que o apoiaram na ocasião do golpe (como Carlos Lacerda), o governo Castelo sabia que sua sustentação estava nos quartéis e na rápida institucionalização do regime. Isso

deveria impedir a emergência de lideranças militares personalistas e carismáticas, o que não era compatível com a imagem “modernizante” e “tecnocrata” do novo grupo no poder. Os dissensos nos quartéis se avolumavam à medida que a “Revolução Redentora” dos males da política brasileira não se afirmava com toda clareza e dureza necessárias. Uma parte dos quartéis exigia um regime punitivo e reformador, sem maiores sutilezas institucionais e jurídicas. Por outro lado, uma pequena parte das lideranças militares golpistas passavam a criticar o continuísmo do governo, como foi o caso do rebelado de primeira hora, general Olímpio Mourão Filho. Mas elas não importavam tanto quanto a direita militar “revolucionária”, que se dividia entre as lideranças de Carlos Lacerda, a partir de 1965 rompido com o governo, e Costa e Silva, que reforçava sua liderança para se viabilizar como o próximo presidente da República.

Ainda assim, Castelo Branco não podia simplesmente descartar os resquícios de um sistema político que lhe havia sustentado para chegar ao poder sem parecer um ditador aventureiro. Esta política de equilíbrio foi ficando cada vez mais insustentável em 1966, com o crescimento das oposições, liberais e de esquerda, na sociedade civil e com a crise nos quartéis pressionando o governo.

A política voltada para a acumulação do capital e para a reforma conservadora do Estado, blindando-o contra as “pressões distributivistas”, exigia uma ditadura de longo prazo, que se chocava com as expectativas de boa parte dos golpistas da coalizão de 1964, os quais esperavam uma “intervenção saneadora” com a rápida volta das eleições. A tentativa de conciliar esta dinâmica marcou o governo Castelo. Mas o que se viu foi o abandono paulatino das ilusões “moderadoras” que estavam no espírito do golpe civil militar, na direção da ditadura propriamente militar.<sup>100</sup>

O primeiro Ato Institucional não tinha número, pois, se acreditava, seria o único. Mas a conjuntura de 1965 apresentava uma crescente insatisfação dentro

dos quartéis como o tom considerado moderado do governo, e, na sociedade, com a dissolução da coalização anti-Goulart, decepcionada com os rumos do regime. Em outubro, como reação aos resultados eleitorais na Guanabara e em Minas Gerais, que apontavam outros rumos para a política nacional, o governo promulgou o Ato Institucional nº 2.

O AI-2 pode ser visto como a passagem do governo que se considerava transitório para um regime autoritário mais estruturado. Em grande parte, representa o fim da lua de mel entre os militares no poder e os políticos conservadores que apoiaram o golpe, mas queriam manter seus interesses partidários e eleitorais intactos, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Basicamente, reforçava os poderes do presidente da República, em matérias constitucionais, legislativas, orçamentárias. O ato ainda reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. O presidente da República ainda poderia decretar Estado de Sítio por 180 dias, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos dos cidadãos por dez anos. Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo federal. Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva.

O AI-3, em fevereiro de 1966, completa a obra: estabelecem-se eleições indiretas para governadores e nomeação para prefeitos das capitais. Em março surgiram a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), os partidos de situação e oposição (consentida).

Por que uma ditadura precisava de “Atos Institucionais” elaborados a partir de um juridiquês cheio de caminhos tortuosos e intenções legalistas? Seria mera “fachada jurídica” do exercício ilegítimo e violento do poder, como se convencionou dizer? Qual a função dos Atos Institucionais?

O principal objetivo dos Atos era o reforço legal do Poder Executivo, e particularmente da Presidência da República, dentro do sistema político. Mas por que o presidente simplesmente não assumia um poder de fato, amparado pelas Forças Armadas? Em primeiro lugar, este tipo de opção poderia jogar as várias lideranças militares umas contra as outras, com papel decisivo para aqueles comandantes que possuíam acesso direto à tropa. Além disso, os Atos serviriam para consolidar um processo de “normatização autoritária” que ainda permitia alguma previsibilidade no exercício de um poder fundamentalmente autocrático. Além disso, garantiam alguma rotina nas decisões autocráticas e davam amparo jurídico na tutela do sistema político e da sociedade civil, elementos fundamentais no verdadeiro culto à magistratura ancorada em leis como elemento de estabilização da política de Estado no Brasil, tradição que vinha do Império.

Os Atos eram fundamentais para a afirmação do caráter tutelar do Estado, estruturado a partir de um regime autoritário que não queria personalizar o exercício do poder político, sob o risco de perder o seu caráter propriamente militar. Para que o Exército pudesse exercer diretamente o mando político e manter alguma unidade, fundamental no processo que se acreditava em curso, era preciso rotinizar a autocracia e despersonalizar o poder. A autoridade do presidente, figura fundamental neste projeto, deveria emanar da sua condição hierárquica dentro das Forças Armadas (mais particularmente do Exército) e de uma norma institucional que sustentasse a tutela sobre o sistema partidário institucional e o corpo político nacional como um todo.

Ao todo, entre 1964 e 1977, foram 17 atos principais e 104 atos complementares. Ao lado dos famosos “decretos secretos”, constituem a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários do sistema jurídico-político na vida brasileira.

No começo de 1967, colecionando quatro Atos Institucionais, o governo Castelo Branco dá novos passos para a institucionalização do regime. Foi criado o

Conselho de Segurança Nacional, amparado por nova Lei de Segurança Nacional que substituiu a Lei de 1953, tornando virtualmente todo o cidadão um vigilante e um suspeito, ao mesmo tempo, dada a gama de possíveis crimes políticos. Em janeiro, o governo impôs uma nova Constituição, sancionada pelo Congresso às pressas, a qual define o formato das eleições, que passam a ser indiretas, e faculta ao próprio presidente da República a possibilidade de propor emendas constitucionais. A revogação da Carta de 1946, em nome da qual fora dado o golpe de Estado, explicitou as intenções estratégicas do governo Castelo Branco para além de qualquer mandato-tampão até uma nova eleição, como queriam alguns golpistas. Em fevereiro, a Lei de Imprensa completa a obra jurídica autoritária do primeiro presidente-general, que, apesar de passar à história como um presidente “liberal”, foi o que mais cassou os direitos políticos e os mandatos parlamentares, além de estruturar as bases jurídicas do regime autoritário com vistas a uma ação política institucional e de longo prazo.<sup>101</sup>

O governo Castelo testemunhou, paulatinamente, o fim da coalizão golpista triunfante em 1964. À medida que essa coalizão se esgarçava e os movimentos de contestação aumentavam, o governo aprofundava suas estruturas autoritárias, dando ossatura ao novo regime. E a cada nova medida institucional autoritária a coalizão se esgarçava mais. Este círculo de ferro marcou o regime entre 1964 e 1968, quando as ilusões foram definitivamente dissipadas com o AI-5. Entretanto, mesmo antes de a ditadura se tornar “escancarada”, o governo Castelo Branco (e o regime que se construía com ele e por ele) não poderia ser caracterizado como propriamente “liberal”, como sugere certa memória do período. As denúncias de torturas em instalações militares pipocavam. O governo reprimia a oposição no atacado, através dos IPM presididos pelos coronéis linhas-duras, e pontualmente, cassando mandatos, mas evitando prisões em massa.

Ao mesmo tempo, preservava algumas liberdades jurídicas e civis, sobretudo no plano da expressão e da opinião, evitando uma completa ruptura com os

valores liberais que tinham sido fundamentais para justificar e legitimar o golpe de Estado. Mesmo estas liberdades eram cada vez mais questionadas pela direita militar, cuja visão de ditadura era menos sofisticada e institucional, preferindo a repressão pura e simples.

Os liberais, em seus diversos matizes – de pragmáticos a doutrinários, de fisiológicos a oligarcas, de centro e de direita –, articularam e apoiaram o golpe, salvo honrosas exceções.<sup>102</sup> A grande imprensa, os grandes empresários e suas associações, os políticos udenistas, velhos inimigos do trabalhismo e do getulismo, profissionais liberais, foram peças importantes na conspiração contra Goulart. Na euforia da vitória, até as raposas do PSD esqueceram sua dobradinha histórica com o PTB e abriram caminho para o golpe, e, pior, para a legitimação do regime, elegendo seu primeiro presidente no Congresso.

O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 foi o primeiro sinal de alerta que aquele golpe não era igual aos outros. Não por acaso, logo após a edição do Ato, um dos jornais mais raivosos na oposição liberal contra o governo Goulart, o jornal *Correio da Manhã* (CM), romperia com o regime que tinha ajudado a criar.<sup>103</sup> Logo em 1964, o CM abriu espaço para a oposição ao governo e ao regime, a começar pelas famosas crônicas de Carlos Heitor Cony<sup>104</sup> que causaram furor na sociedade e indignação nos quartéis. Para o jornal, nada havia mudado em relação aos princípios que norteavam a crítica a Goulart. Acreditando-se como porta-voz da democracia, o CM reclamava da ditadura de 1964, mas não tinha conseguido assimilar a radicalização da democracia de 1946. Neste sentido, as oscilações do jornal são a melhor expressão da decepção de uma parte dos liberais com o novo regime.

A cassação de Juscelino Kubitschek – que durante a rebelião militar ficara neutro, mas que com os fatos consumados ajudou a “eleger” Castelo no Congresso – chocou ainda mais aqueles que esperavam uma intervenção indolor

contra radicais e contra comunistas. Ao mesmo tempo, expressa a capacidade de políticos conservadores em mobilizar a raiva das casernas contra qualquer traço longínquo de “getulismo”, como era o caso do simpático e moderado ex-presidente bossa-nova. É sabido que Carlos Lacerda, que ainda tinha ampla influência na direita militar sediada no Rio de Janeiro, manipulara nos bastidores para tirar seu principal adversário em uma futura eleição para presidente, marcada para ocorrer em 1965. Quando esse ano chegou, foi a vez de Lacerda se afastar definitivamente do governo e do regime militar, tornando-se o novo campeão da resistência democrática ao fundar, em 1966, a Frente Ampla junto com JK.

As eleições de 1965 foram um claro sinal de que a coalizão golpista não mais se sustentava. O sistema político e partidário, acuado, conseguiu se rearticular dentro das possibilidades e lançar candidaturas independentes. A eleição dos governadores da Guanabara (Negrão de Lima) e de Minas Gerais (Israel Pinheiro), ligados a JK, causaram comoção nos quartéis. As pressões da direita militar pelo expurgo radical dos políticos “populistas” não se contentavam com a erradicação da ala esquerda. Políticos moderados e conservadores também eram alvos de suspeita dos militares, cujo autoritarismo messiânico e patriótico se combinava com a visão moralista de que os civis no governo eram visceralmente corruptos. Neste processo de corrosão do sistema político construído em 1946, mesmo o lacerdismo perdia espaço na oficialidade. O problema para a direita militar eram os partidos. Todos os partidos. Formados na tradição positivista, o regime ideal para uma boa parte dos militares era a ditadura republicana, em que os mais capazes deveriam tutelar a sociedade e arbitrar conflitos de classe de maneira técnica. Dentro de uma visão de sociedade que deveria ser harmonizada a fórceps, qualquer questionamento ou conflito era visto como uma ameaça externa à coesão social, e não como dado natural da vida política e elemento inerente à estrutura social. O desdobramento quase necessário para a realização deste projeto era a repressão, cujo grau de violência e arbitrariedade variava conforme o tipo de

opponente e das circunstâncias. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se adequou como uma luva a esta tradição militar.<sup>105</sup>

Entretanto, boa parte da classe média conservadora que tinha aplaudido a queda de Goulart começou a questionar o governo Castelo e, por consequência, o próprio regime. A partir de 1966, sob o efeito do AI-2 que assumia o caráter autoritário e ditatorial do regime, vários segmentos ampliaram o coro da oposição. O Congresso, um dos focos do golpismo contra Goulart, resolveu voltar a fiscalizar o governo, instalando várias Comissões Parlamentares de Inquérito, como a da desnacionalização das terras da Amazônia e do acordo entre a Time-Life e a Rede Globo.<sup>106</sup> O tom de “defesa da nação” aumentava ainda mais a imagem do governo Castelo como lesa-pátria ao se alinhar aos norte-americanos.

À direita, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda rompiam definitivamente com o governo. Lacerda, em 1968, diria o seguinte: “eu tinha o dever de mobilizar o povo para corrigir esse erro do qual [...] participei”.<sup>107</sup> Em São Paulo houve até um arremedo de rebelião ademarista, que não deu em nada, mas selou o destino do polêmico governador, que acabou cassado.<sup>108</sup> Carlos Lacerda, símbolo civil do golpe, teve uma sobrevida maior. Em 1966, vendo fechadas as portas para sua eleição a curto prazo, lançou a Frente Ampla. Lacerda estabeleceu contatos com JK, cassado em junho de 1964 e exilado em Lisboa, e com João Goulart, exilado em Montevideu. Este, de início, não se empolgou com a aliança e demorou até meados de 1967 para aderir ao grupo.

A Frente foi lançada em outubro de 1966, quando o governo Castelo derrapava na retomada do crescimento e parecia curvado a uma invisível mas sempre citada “linha dura” com a “eleição”, ou seja, a homologação pelo Congresso de Artur da Costa e Silva como próximo presidente da República. Além disso, o governo Castelo acirrou a crise com o Poder Legislativo ao cassar, no dia 13, mais seis deputados oposicionistas. O Congresso reagiu, afirmando que

a decisão sobre as cassações deveria ser feita em plenário, mediante voto secreto. No dia 21, em meio à crise entre os dois poderes, o governo mandou fechar o Congresso, que assim permaneceu por 32 dias, com cenas de ocupação militar da Casa. Com os seis cassados, o regime computou 67 cassações de parlamentares desde sua implantação.

O longo Manifesto da Frente Ampla fazia uma bela ginástica retórica para explicar como Carlos Lacerda e Juscelino (com vistas também a Jango), antes mortais inimigos, eram aliados contra o regime. Conforme o documento, os três estavam juntos em nome de uma luta maior que ameaçava o país, a ditadura, chamada assim mesmo com todas as letras. O Manifesto era uma dura crítica à ditadura e à defesa do processo democrático interrompido em 1964. Criticava duramente a política recessiva de Castelo e apelava aos trabalhadores, estudantes, mulheres, empresários, delineando um campo de mobilização que mais tarde seria chamado “sociedade civil”, termo que ainda não aparece no documento. Apelava até aos sentimentos patrióticos dos militares, que segundo o documento estavam sendo traídos pelo caráter antinacional e antidemocrático do regime. Apesar das críticas, o tom era de apelo ao diálogo, na esperança de uma saída negociada para o impasse e isolamento político no qual o regime parecia mergulhar.

No campo da esquerda, o PCB apostava em uma frente de oposição junto com liberais, inclusive os arrependidos por apoiar o golpe. O partido, desarvorado desde os acontecimentos de abril de 1964, conseguiu reunir seu Comitê Central somente em maio de 1965. Como resultado lançou a Resolução de Maio, assumindo oficialmente os termos da resistência civil (ou seja, não armada) ao regime. O documento caracterizava a ditadura como “reacionária e entreguista”, a serviço dos Estados Unidos, que tentava disfarçar seu caráter através de uma pantomima “reformista”, mas que entrava em choque com os próprios interesses do capitalismo nacional brasileiro. Assim, destinada ao fracasso pelas suas próprias contradições e incongruências com a marcha da história, os comunistas afirmavam

que era preciso se unir a todas as forças antiditatoriais para “isolar e derrotar” o regime. Isso deveria ser feito a partir de uma frente que defendesse as “liberdades democráticas” e fosse ativa inclusive nas limitadas eleições permitidas pelo regime. Portanto, a agenda socialista ainda não estava em pauta, muito menos qualquer radicalização de palavras de ordem que levassem ao isolamento do partido. Tudo mais era “aventureirismo e pressa pequeno-burguesa” fantasiada de revolução.<sup>109</sup> O recado era claro para os que já apontavam o caminho da luta armada, e ficaria mais explícito ainda nos documentos partidários de 1967, quando se condenava a ação voluntarista de grupos “audaciosos” e foquistas.<sup>110</sup>

Leonel Brizola, o ousado líder da resistência de 1961, era de longe o exilado mais temido do regime. Dotado de carisma e ousadia, poderia se transformar em um líder das vozes que exigiam uma luta mais radical contra os militares no poder. Em 1965, Brizola era *el hombre* para os cubanos, depois que estes se decepcionaram com Francisco Julião e ainda não tinham descoberto Marighella.<sup>111</sup> Cuba, naquele momento afastada das diretrizes de Moscou de quem se reaproximaria nos anos 1970, apostava na exportação da revolução socialista para a América Latina, até como forma de desviar a atenção do seu grande inimigo do norte para outras plagas. Pressionado pelo governo brasileiro, o Uruguai confinou Brizola em um balneário, onde seria vigiado pela polícia até 1971.

Os brizolistas foram os primeiros a se lançar na luta armada, organizando o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), composto basicamente por militares expurgados após o golpe. Depois de uma tentativa de invasão do Rio Grande do Sul, comandada pelo coronel Jefferson Cardim, com resultados trágicos, o foco mudou para a Serra do Caparaó. Mas essa tentativa de *sierra maestra* à brasileira teve resultados igualmente pífios, e só serviria para aquecer a máquina repressiva. Dissolvido em 1967, o MNR forneceria muitos dos seus quadros para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Em março de 1967, a revista *Fatos e Fotos*, cabotidamente, estampou a manchete: “Costa e Silva, a posse da esperança”. Outros jornais saudaram a mudança no comando da “revolução”, apesar de Costa e Silva ter, notoriamente, apoio nos “duros” dos quartéis.<sup>112</sup> No seu discurso de posse prometia preparar o caminho para uma “democracia autenticamente nossa”.

Hoje, tendo em vista que já sabemos como o governo de Costa e Silva acabou, soa estranho a aposta no marechal com cara simpática que iria liberalizar o regime. Mas, ainda como candidato, ao sinalizar com mudanças na política econômica e diálogo com a sociedade, Costa e Silva encheu a alma dos mais crédulos e até provocou algum espasmo de otimismo nos mais céticos.<sup>113</sup>

Na economia, efetivamente, a ação do governo foi rápida e dinâmica, apontando para uma perspectiva de crescimento a curto prazo, mas ainda de resultado incerto. O ministro Delfim Netto abaixou as taxas de juros, que inibiam a inflação e o consumo, e o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, prometeu rever a dura política salarial do governo Castelo. Na política externa, Magalhães Pinto, banqueiro e conspirador de primeira hora contra Goulart, retomava certo nacionalismo, afastando-se do alinhamento automático com Washington. O chanceler tocou até num ponto sensível para Washington, não fechando as portas ao domínio da tecnologia nuclear, para a paz ou para a guerra, o que culminaria na não ratificação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968. Estas mudanças políticas tinham um objetivo claro: valorizar o nacionalismo, permitir certa dose de crítica, retomar o crescimento econômico, ganhando novamente o coração da classe média perdida no governo Castelo.

No campo político, Costa e Silva enfrentava a oposição do Congresso, já resabiado com o fechamento dos militares no círculo de poder e com as cassações na Casa. Nos meios militares, os castelistas, ressentidos com a forma pela qual Costa e Silva se impôs ao presidente e aliados do governo, pagavam para ver o

que aconteceria com a “Revolução”. Havia ainda uma oposição civil mais preocupante para o regime que crescia a olhos vistos, reunindo grupos sociais cada vez mais combativos e ampliando seu raio de ação para a classe média, com parte dos intelectuais, parte do clero e dos estudantes combativos e cada vez mais radicalizados.

As mascaras liberalizantes do novo governo militar começaram a cair, uma a uma.

Em julho de 1967, a face dura do governo se mostrou na prisão-desterro do jornalista Helio Fernandes, que havia adquirido o jornal *Tribuna da Imprensa* de Lacerda, por conta de um artigo no qual se referia a Castelo Branco, falecido em um acidente de avião, como um “homem frio, impiedoso e vingativo”. O jornalista combativo, candidato cassado em 1966, redator do Manifesto da Frente Ampla, tido como o responsável pelo que há de contundente neste documento, já havia comemorado o fim do governo Castelo em outro artigo polêmico. Sem maiores sutilezas jurídicas, o novo ministro da Justiça, Gama e Silva, evocou os poderes do AI-2 para prendê-lo e desterrá-lo, mesmo que houvesse uma Constituição que, teoricamente, tinha tornado o tal Ato uma letra morta.

Era um sintoma que o espírito de 1968, o ano que não terminaria, já tinha começado em 1967.

Com a posse de Costa e Silva e a hesitação de Goulart, a Frente Ampla ficou em *stand by*. Apesar desta moratória de ações no começo do novo governo, para avaliar a efetiva disposição ao diálogo, a Frente Ampla era uma sombra ameaçadora com perspectivas de crescimento, sobretudo se João Goulart aderisse efetivamente a ela.

No final de 1967, com as hostilidades cada vez maiores entre Lacerda e o governo, culminando com a proibição do velho demolidor de presidentes em

aparecer na TV, a Frente lançou-se em uma campanha pública de comícios que coincidiu com a radicalização do movimento estudantil. A ameaça de encontro das duas frentes de protesto, a político-parlamentar e a massiva, era tudo que o governo não desejava, pois a Frente, que até então não empolgara as massas, poderia se cacifar como uma real alternativa política ao regime. No dia 5 de abril de 1968, quando a questão estudantil saiu do controle e ganhou as ruas, o governo proibiu as atividades da Frente Ampla. O tom liberal-democrático das suas críticas, a bem da verdade, já não seduzia as massas radicalizadas.

O movimento estudantil voltou às ruas e, apesar do radicalismo que alimentava os líderes, conseguiu galvanizar as atenções, e até algumas simpatias, da imprensa liberal, ao menos até meados do ano de 1968.<sup>114</sup> A luta estudantil poderia servir de tropa avançada para uma negociação com o regime, visando à liberalização. Em boa parte, e bem ao seu modo, os estudantes expressavam as insatisfações da classe média.

Desde 1966, os estudantes realizavam protestos públicos contra o regime, protagonizando choques com a polícia e defendendo o “voto nulo”. O movimento estudantil ainda dispunha de certa margem de ação política, sobretudo dentro das universidades, tomando para si a tarefa de criticar o regime e de ser a vanguarda da luta por mudanças sociais. O governo militar, por sua vez, entre 1964 e 1968, combinou medidas de repressão às organizações estudantis com medidas de reforma nas estruturas administrativa, profissional e curricular das universidades, visando adequá-las às demandas por desenvolvimento econômico, despolitizar as atividades acadêmicas e desafogar a pressão por mais vagas.<sup>115</sup> Para o governo, conforme o Relatório Meira Matos, o movimento estudantil brasileiro era um foco de agitação revolucionária alimentado pela estrutura considerada arcaica do ensino superior. Assim, o Relatório propunha medidas para reformar a administração e a estrutura das universidades brasileiras.<sup>116</sup>

Em março de 1968, o movimento estudantil brasileiro saiu às ruas, antes mesmo que o famoso “maio parisiense” explodisse e ganhasse as manchetes dos jornais. A morte do estudante Edson Luis, baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro, inaugurou a temporada de passeatas e conflitos com a polícia na ex-capital federal.

A morte do jovem estudante foi o estopim que fez explodir as tensões com os estudantes, mobilizados contra o regime havia dois anos, assim como comoveu boa parte da classe média. A história do menino que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro mexeu até com empedernidos conservadores e anticomunistas. Mais de 60 mil pessoas foram ao seu enterro e a missa de sétimo dia se transformou em uma batalha campal entre estudantes e tropa de choque da PM carioca. Os conflitos não pararam por aí, ganhando nova força a partir de junho, no embalo das revoltas estudantis parisienses.

No dia 21 de junho, que passou à história como a “Sexta-Feira Sangrenta”, populares e estudantes enfrentaram a polícia e os agentes do Dops, com saldo de 4 mortos e 23 baleados, além de dezenas de feridos. Foi o ápice da semana trágica, pois dois dias antes, na quarta-feira, os confrontos de rua haviam sido violentos, com a tentativa dos estudantes em ocupar o prédio do Ministério da Educação, acirrando-se ainda mais na quinta-feira, com a ocupação da UFRJ, na Praia Vermelha, e a interrupção da reunião do Conselho Universitário. A polícia interveio e muitos estudantes foram presos no Estádio do Botafogo, e mesmo dominados foram submetidos a violências e humilhações. Em todos os protestos, policiais armados até com baionetas enfrentavam a fúria popular e estudantil, em verdadeiras batalhas campais.

O ápice da mobilização foi a Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho, que conseguiu grande adesão da sociedade, de artistas e intelectuais. Uma semana depois, em 4 de julho, aconteceu a última grande passeata estudantil, sem que se registrassem maiores incidentes com a polícia. Apesar de o Rio de Janeiro

concentrar as grandes manifestações estudantis em 1968, em várias cidades brasileiras onde havia universidades os estudantes conseguiram realizar grandes protestos públicos com algum apoio de outros setores da sociedade.

Em julho as passeatas foram expressamente proibidas pelo Governo Federal. O aumento da repressão, cujo exemplo maior foi a violenta ocupação militar da Universidade de Brasília no final de agosto, fez com que os estudantes se concentraram na reorganização das suas entidades, a começar pela União Nacional dos Estudantes. Algumas correntes de esquerda passaram a defender a luta armada, o que também ajudou a refluir os esforços para grandes manifestações de rua.

Durante os protestos, a partir de questões estudantis específicas, o movimento conseguiu disseminar palavras de ordem contra o regime, articulando a luta “reivindicatória” à luta “política”, conforme os jargões da época. Mas isso não significou a convergência de posições. O movimento estudantil era formado por diversas correntes ideológicas, nas quais se sobressaíam a Ação Popular (AP, esquerda católica), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB, maoísta) e o Partido Comunista Brasileiro. Este foi o mais impactado pelas dissidências pós-1964, dando origem às dissidências estudantis que se encaminharam à luta armada, como a Ação Libertadora Nacional, influenciadas sobretudo pelo guevarismo e pela teoria do “foco” revolucionário. Nos meios estudantis, o grande debate era como enfrentar a ditadura e qual o caráter das manifestações de massa. As posições iam do reforço à luta massiva e civilista contra o regime à organização da luta armada, da qual o protesto público deveria ser subsidiário. O embate entre as várias opções políticas marcou o XXX Congresso da UNE, realizado clandestinamente em um sítio de Ibiúna (SP), em outubro de 1968, que terminou com a prisão de 920 pessoas, incluindo dirigentes estudantis como Luis Travassos e José Dirceu. Vladimir Palmeira, líder das passeatas do primeiro semestre, já estava preso desde agosto.

São Paulo também teria seu dia de cão. A batalha da rua Maria Antonia, em outubro de 1968, entre estudantes de direita do Mackenzie e de esquerda da Faculdade de Filosofia da USP, impressionou ainda mais as vozes liberais que, definitivamente, consagram a tese da “militarização do movimento estudantil”.<sup>117</sup> Estudantes do Mackenzie ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), tendo apoio da Guarda Civil, enfrentaram os estudantes esquerdistas da Faculdade de Filosofia, culminando na ocupação policial e na destruição do prédio desta da USP.

Estes episódios deram força às lideranças estudantis que defendiam a luta armada,<sup>118</sup> posto que a organização política de massa e a ação pública da UNE (ainda que não legal) tornavam-se inviáveis,<sup>119</sup> acuadas pela repressão policial e paramilitar. Para algumas correntes estudantis, a única opção que restava era ir às armas contra os militares no poder. Não por acaso, os estudantes forneceriam a principal base da nascente guerrilha de esquerda.<sup>120</sup> Havia chegado a hora da grande batalha armada contra o regime, estopim da revolução brasileira.

Com a radicalização das posições, a maior parte da imprensa, por sua vez, passou a ver no radicalismo da esquerda estudantil a mera contraface do radicalismo da extrema-direita, chegando em alguns casos a justificar o endurecimento do governo.<sup>121</sup> Nascia, entre nós, uma versão da “teoria dos dois demônios” que, na ótica liberal, levaria a sociedade à violência desenfreada.

O ano de 1968 no Brasil já foi chamado “o ano que não acabou”, expressão que traduz a sensação de interrupção de uma experiência histórica plena de promessas libertárias e que se encerrou, literalmente, por decreto, com a edição do famigerado Ato Institucional nº 5, em dezembro daquele ano. Na memória histórica brasileira, ele ocupa um lugar paradoxal: por um lado, foi o tempo das grandes utopias libertárias, assim como outros “68” pelo mundo afora; por outro, tempo de repressão, início dos “anos de chumbo” com a transformação do Estado

autoritário, imposto pelo golpe militar de 1964, num violento Estado policial. Mas até o final de 1968, as contestações políticas e culturais foram manejadas com punições e perseguições pontuais e seletivas, pois o projeto estratégico do regime militar brasileiro era conservar a classe média como sócia (e beneficiária menor) da modernização capitalista brasileira, até porque era este grupo social que fornecia os quadros técnicos e superiores fundamentais para este processo.<sup>122</sup> Entretanto, em 1968, tanto para os setores ditos “liberais” quanto para os setores da “linha dura”,<sup>123</sup> os acontecimentos políticos e culturais representavam uma grande novidade política: a possibilidade da convergência entre ações da crescente guerrilha de esquerda com os movimentos de massa e a contestação cultural.

A guerrilha teve sua estreia em março, quando a Ação Libertadora Nacional, liderada pelo dissidente do PCB Carlos Marighella, reivindicou o atentado à bomba no Consulado dos EUA em São Paulo, tornando pública a existência de um projeto de luta armada para derrubar o regime.<sup>124</sup>

O episódio mais preocupante ainda para o governo, e para os empresários, foi a volta do movimento operário como ator social e político. Mesmo duramente reprimido e controlado desde o momento do golpe, o movimento operário conseguiu se rearticular. Com as velhas lideranças comunistas e trabalhistas mais moderadas e presas a um modelo de reformismo afastadas ou desprestigiadas, emergiu uma nova liderança operária, mais jovem e radicalizada.<sup>125</sup> Em abril, 15 mil metalúrgicos fizeram greve por melhores salários em Contagem. As perdas de 25% do salário mínimo, com seu inevitável impacto social, começam a ser sentidas pelos trabalhadores. Em julho, seis metalúrgicas de Osasco realizaram uma greve radicalizada, com a ocupação da fábrica Cobrasma. O sindicato sofreu intervenção e o Exército entrou em cena para desocupar a fábrica.

O pior dos cenários para o governo parecia estar armado: a radicalização estudantil e operária, alimentada pelo oposicionismo crescente da classe média e

pela pregação esquerdista de artistas e intelectuais. Só faltavam os políticos da oposição entrarem em cena, o que não tardaria a acontecer.

Em setembro, o deputado Márcio Moreira Alves chamou o Exército de “valhacouto de torturadores”.<sup>126</sup> Marcito, como era chamado, estava indignado com as violências cometidas durante a invasão da UnB, e falava com propriedade, pois tinha acompanhado a questão das torturas no Nordeste e a atitude complacente da Missão Geisel (1964), episódio que rendeu um dos primeiros livros sobre o tema no Brasil.<sup>127</sup>

O Exército se declarou ofendido, e o governo pediu que o deputado fosse licenciado para ser processado. A Câmara dos Deputados negou a licença do deputado, por 216 votos contra 141. Até parte da Arena votou contra o governo, sinalizando a perda de controle do “sistema político”. Até a votação, os debates na Casa foram intensos, e o discurso do deputado Mário Covas entrou para a história da oratória parlamentar:<sup>128</sup>

Como acreditar que as Forças Armadas brasileiras que foram defender em nome do povo brasileiro, em solo estrangeiro, a liberdade e a democracia no mundo, colocassem como imperativo de sua sobrevivência o sacrifício da liberdade e da democracia no Brasil? [...] Creio na palavra ainda quando viril ou injusta, porque acredito na força das ideias e no diálogo que é seu livre embate. Creio no regime democrático, que não se confunde com a anarquia, mas que em instante algum possa rotular ou mascarar a tirania. Creio no Parlamento, ainda que com suas demasias e fraquezas, que só desaparecerão se o sustentarmos livre, soberano e independente.

E, invocando a Deusa da Justiça, Covas finalizou seu discurso: “Não permitais que um delito impossível possa transformar-se no funeral da Democracia, no aniquilamento de um poder e no cântico lúgubre das liberdades perdidas”.

Derrotado no Congresso que se supunha dócil, pressionado nos quartéis e criticado pelas oposições nas ruas, o governo resolveu agir, convocando o Conselho de Segurança Nacional. A reunião foi chamada pelos cronistas como “A Missa Negra”, pois dela resultaria a edição do AI-5.<sup>129</sup> Os conselheiros

desconsideraram a proposta de Pedro Aleixo, de decretação do Estado de Sítio dentro do modelo constitucional. Ao final, ouviu-se o “cântico lúgubre das liberdades perdidas”, na voz “grave e pausada” do ministro da Justiça Gama e Silva, que na noite de 13 de dezembro de 1968 anunciou, em cadeia de rádio e TV, o Ato Institucional nº 5. Através desse instrumento, estima-se que cerca de 500 cidadãos (sobretudo professores, jornalistas e diplomatas) tenham perdido direitos políticos, 5 juízes de instâncias superiores, 95 deputados e 4 senadores, seus mandatos. Se os efeitos diretos foram impactantes sobre o sistema político, os efeitos indiretos seriam bem maiores sobre todo o tecido social.

O governo de Costa e Silva, que se iniciara em 1967 sob a promessa de liberalização política e de colocar fim ao chamado “terrorismo cultural”,<sup>130</sup> mudava de rumo e reiterava a sombria promessa já contida no Ato Institucional nº 2, de 1965: “Não se disse que a Revolução foi, mas que é, e continuará”. A virada do regime militar no final de 1968 na direção da repressão sistemática e policialesca é explicada menos pela pressão *stricto sensu* da linha dura e mais pela leitura convergente que os vários grupos militares fizeram da “crise política” de 1968.<sup>131</sup> Em outras palavras, ao contrário do que prega uma certa memória (militar e civil) sobre a época, o AI-5 foi mais produto da união do que da desunião militar.<sup>132</sup>

O AI-5 marcou também uma ruptura com a dinâmica de mobilização popular que ocupava as ruas de forma crescente desde 1966, capitaneada pelo movimento estudantil.<sup>133</sup> Mais do que isso, teve um efeito de suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país com o golpe de 1964. A partir de então, estudantes, artistas e intelectuais que ainda ocupavam uma esfera pública para protestar contra o regime passariam a conhecer a perseguição, antes reservada aos líderes populares, sindicais e quadros políticos da esquerda. O fim de um mundo e o começo de outro, num processo histórico de

alguns meses que pareciam concentrar todas as utopias e os dilemas do século XX.  
O Brasil não sairia incólume desta roda-viva da história.